

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

LEITÃO, Ana Valéria Nascimento Araujo. Ana Valéria Araujo (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 27min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO FORD. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Ana Valéria Araujo
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistadora: Lúcia Lippi Oliveira;

Levantamento de dados: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 09/04/2012

Duração: 1h 27min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil”, desenvolvido em convênio com a Fundação Ford, entre janeiro de 2011 e julho de 2012, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos histórico-documental sobre os 50 anos da atuação da Fundação Ford no Brasil e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: Advocacia; Brasil; Cultura; Direitos humanos; Fundação Ford; Fundos de financiamento público; História administrativa; História de vida; Índios; Mudança cultural; Organizações não governamentais; Produção intelectual; Recursos naturais; Sociedade civil;

Sumário

Entrevista 09 de abril de 2012: A criação e o papel do Fundo Brasil de Direitos Humanos; os quatro primeiros diretores do fundo; o contexto do movimento dentro da Fundação Ford internacional de criação de uma iniciativa de fortalecimento da filantropia para justiça social no período da criação do Fundo; os financiamentos para a constituição do Fundo; o primeiro conselho e diretoria do Fundo; a estratégia operacional, a estrutura e o conselho consultivo do Fundo; a necessidade da criação de uma cultura de doação para direitos humanos na sociedade civil brasileira; o tratamento administrativo dado aos projetos financiados pelo Fundo; o trabalho de monitoramento dos projetos pelo Brasil; o processo de identificação dos melhores projetos; a proposta do Fundo de mobilização de recursos brasileiros; o apoio da Natura; a opinião da sociedade civil sobre as Organizações Não Governamentais (ONGs) e associações filantrópicas; a importância da opinião da sociedade civil para captação de recursos; o apoio da Fundação Ford, da Fundação Kellogg e da Evangelischer Entwicklungsdienst no Fundo Brasil; a revista com a história do Fundo e o site; a relação entre a história de vida de Ana Araújo, o trabalho como advogada de povos indígenas e o contato com o Fundo; o trabalho no Instituto Sócio Ambiental (ISA); o papel fundamental da Fundação Ford no tema de direitos humanos.

Entrevista: 09/04/2012

L.L. – Ana, de alguma forma, a primeira pergunta que faria para você é um pouco... O que é que é esse tal Fundo de Direitos Humanos? Que você pudesse falar um pouquinho, quer dizer, a gente tem que lembrar que as pessoas, às vezes, que vão ouvir essa fala não tem ideia, você não está falando para dentro, você está falando um pouco para as pessoas de fora entenderem o que é que é esse Fundo. Como foi e como surgiu a demanda pela criação desse Fundo.

A.A. – Bom, o Fundo Brasil de Direitos Humanos, para começar, é uma fundação privada e bastante jovem, criada em dezembro de 2006, e que tem por objetivo e missão a promoção de direitos humanos. E faz isso através de doações para organizações da sociedade civil que estão trabalhando em diversos temas de direitos humanos, com foco hoje no combate à violência institucional e à discriminação. Um pouquinho para trás, de onde surgiu isso, como surgiu, por que esse fundo? Esse fundo, ele é o resultado, digamos assim, da ideia de vários ativistas e defensores de direitos humanos, que tinham em comum o fato de serem eles próprios em outras organizações da sociedade civil *grantees* da Fundação Ford. Então são pessoas que durante muitos anos trabalharam em temas de direitos humanos em algumas organizações que a Fundação Ford financiava, apoiava, e que foram pouco a pouco vislumbrando duas coisas: uma, a necessidade de se fazer com que os recursos para direitos humanos atingissem as pequenas organizações. Durante muito tempo, ou historicamente, se investiu, se apoiou direitos humanos, e a Fundação Ford foi uma das maiores apoiadoras, mas outros grandes como ela, outras agências internacionais, fundações internacionais, apoiavam em especial a estruturação da sociedade civil na área de direitos humanos a partir de grandes ONGs. Da redemocratização do Brasil para cá, digamos assim, começou a haver um movimento no sentido de se criar, ou de se mobilizar as pessoas que estão mais próximas da comunidade, enfim, os pequenos grupos, para que eles pudessem pensar a solução de problemas de direitos humanos. E com isso se começou a verificar a criação de organizações de direitos humanos, muito pequenas, lá na ponta, ligadas com a comunidade, coisa que era desejável, porque é dessa maneira que você promove, pensa a solução do problema dos direitos humanos mais adequadamente. Só que esse movimento de fundações foi crescendo... De criação de associações foi crescendo e não havia recurso para apoiar essas organizações, porque as grandes fundações, inclusive a Fundação Ford, têm muita dificuldade de fazer esse dinheiro chegar na ponta. Não é? Então a grande

maioria dessas organizações de direitos humanos pequenas, elas estavam fundadas em bases voluntárias, mas havia uma necessidade de fazer um recurso chegar lá para fortalecer esse movimento que era muito necessário. Então, esses ativistas que trabalharam inclusive para fazer com que esse grande campo de direitos humanos se multiplicasse, começaram primeiro de tudo a vislumbrar a necessidade de capilarizarem os recursos, fazer com que eles chegassem na ponta e não existia uma organização no país que pudesse fazer isso. E a ideia do fundo era justamente isso, uma organização que pudesse estar plantada no Brasil, ser 100% brasileira, e eventualmente receber recursos de fora para capilarizar para as pequenas organizações. Paralelamente a isso, se começou a antever um movimento de que com o Brasil nos últimos anos crescendo, despontando, virando um protagonista no cenário internacional e passando inclusive de um país que era receptor de recursos para ser doador de recursos. Isso começou a vislumbrar, isso já lá atrás, de que a tendência era haver uma diminuição de recursos para direitos humanos, grandes, que dirá pequenos? Então a função do Fundo Brasil¹ seria não apenas capilarizar o recurso que ele pudesse captar de fora, mas eventualmente mobilizar recursos dentro do Brasil, na medida em que já havia e que tinha que haver recursos dentro do Brasil para serem, para apoiar o trabalho que se fazia nas bases. Então essa foi a ideia, e eram ativistas que se reuniam aqui, acolá, em reuniões da própria Fundação Ford, diria que sempre com uma intermediação muito forte da Denise Dora que era *officer*² de programas de direitos humanos da Ford e que ia debatendo e conversando com esses ativistas e aí eu nomearia os quatro primeiros diretores do fundo, que digamos, diria que foram os protagonistas desta história junto com a Denise. Um deles é o Sérgio Haddad, que ainda é o presidente do fundo hoje, que era da Ação Educativa, um *grantee* da Ford, a Sueli Carneiro, do Geledés, o Oscar Vilhena, que vinha do Conectas Direitos Humanos, e o Darci Frigo, que é um advogado, trabalha na Terra de Direitos no Paraná. Cada um deles, como você vê, de uma área diferente dos direitos humanos, preocupado com a necessidade de fortalecer aquele movimento crescente e conversando com a Denise [Dora], daqui, dali, sobre como é que se podia fazer para criar alguma instituição. Quando foi surgindo a ideia de montar... Não se sabia inicialmente se ia ser uma fundação, se era outra associação, o que é que seria, mas de montar uma instituição, uma organização que estaria fixada aqui e que pudesse ser esse intermediário de recursos, mas

¹ Fundo Brasil de Direitos Humanos

² Program Officer

também mobilizador, captador, mobilizador de recursos para poder passar para organizações que fossem sérias, enfim, que se identificasse a seriedade do trabalho que eles estavam fazendo. Mais ou menos em 2003, 2004, 2005, por aí, coincidentemente houve um movimento dentro da Ford internacional de criação de uma iniciativa de fortalecimento da filantropia para justiça social, foi um programa que existiu na Ford internacional por algum tempo e cuja ideia era justamente colocar recursos em instituições filantrópicas em países em desenvolvimento, ou países onde se identificasse já um protagonismo nessa área para fortalecer essa filantropia de justiça social. A Denise identificou esse programa, achou que o programa tinha tudo a ver com a ideia que estava se formando aqui e propôs à Ford internacional a financiar a criação de um fundo aqui e eles toparam. Esse programa, o que ele fazia era ter recursos para colocar em fundos de *endowments* para a sustentabilidade das fundações. E para se criar uma fundação aqui a ideia então foi pegar o recurso que seria para um *endowment*, criar um *endowment*, que seria um patrimônio inicial para o Fundo Brasil. Além do Fundo Brasil, mais dois outros internacionalmente, que também foram criados a partir desse projeto, desse programa internacional. Um deles foi no mundo árabe e o outro foi na Rússia, eram os três países, o mundo árabe com sede no Líbano, três países que não tinham uma instituição filantrópica com este perfil e que essa iniciativa internacional acabou viabilizando a criação. Então, na verdade, foi uma conjuntura de fatores, uma ideia que já vinha sendo amadurecida. Surgiu essa possibilidade desse recurso, porque montar uma fundação, você tem que ter um patrimônio, nenhum dos ativistas tinha. A ideia era de criar uma fundação que pudesse ser independente, que pudesse garantir a independência para as organizações de direitos humanos, que era fundamental, e para ser independente ela precisava de um patrimônio que garantisse a sustentabilidade, desse a... O recurso da iniciativa internacional de apoio à filantropia e à justiça social veio a calhar para isso.

L.L. – Sim, porque vi, além disso, sei lá, tinha a Kellogg, também entrou na mesma condição participando desse *endowment* original, ou não? Depois outras dessas agências, desses parceiros dão dinheiro...

A.A. – Vieram posteriormente.

L.L. – Foi a Ford mesmo, a Ford que foi...

A.A. – A Ford mesmo, a criação do fundo veio da Ford. Então, no início inclusive havia uma preocupação muito grande de que se ficasse... Se, se queria garantir que ia ser um fundo independente ele não podia ser um fundo da Ford e não era para ser. Na verdade foi uma doação da Ford, como ela faz outras doações, só que era de uma doação de maior monta para criar um patrimônio inicial, uma doação de três milhões de dólares, talvez a maior que ela tenha dado aqui no país, pelo menos para esse tipo de coisa com certeza, mas foi, enfim... Antes de essa doação vir teve toda uma articulação primeiro com o movimento de direitos humanos, para que se consultassem sobre a necessidade e a viabilidade de uma organização desse tipo. Se fez, a própria Fundação Ford, viabilizou estudos através de outras organizações, teve o Instituto Pro Bono em São Paulo, teve o Conectas, teve a própria Ação Educativa, de viabilizar estudos para verificar como é que... Qual deveria ser o formato dessa instituição, o que é que ia ser. Se buscou trabalhar com escritórios de advocacia especializados, porque ia ser um recurso que viria montar uma instituição que ia trabalhar com dinheiro, com fundos para viabilizar projetos de direitos humanos. Era uma coisa diferente do que a Ford estava acostumada a fazer, era financiar uma outra instituição financiadora, digamos assim. Mas a Ford realmente é responsável por esse mega pontapé inicial porque ela apoiou todo o trabalho de base, inclusive de pensar a forma jurídica do fundo, não é, conseguir pareceres de advogados, os prós e os contras. Por que uma fundação? Por que uma associação? Uma fundação é ótimo porque garante transparência, maior transparência porque você tem, enfim, controle do Ministério Público e tudo mais, por outro lado cria uma série de burocracias que uma associação não tem. Então os prós e os contras disso tudo aí, para que ao final se chegasse à conclusão de que vai ser uma fundação privada, e aí uma fundação privada precisa ser aprovada pelo Ministério Público, precisa ter patrimônio, não havia patrimônio e a doação da Fundação Ford para constituir o *endowment* seria o patrimônio que daria condição de iniciar isso aí. É lógico que não era para ser só a Fundação Ford, então houve, mesmo nesse período em que estava preparando o Fundo Brasil houve conversa com outros potenciais apoiadores. Na época, se conversou muito com a Fundação Avina, e que já no início, logo no início, não por *endowment*, mas aportou outra quantia de... A promessa era de um milhão de dólares, que nunca veio nesse tamanho, mas veio um pouco menor, veio uma coisa, uma doação inicial menor. Teve o apoio também da Fundação Oak, então veio o recurso da Fundação Ford para constituir o *endowment*,

e a Oak³ e a Avina⁴ aportaram recursos iniciais para fazer, para que o Fundo Brasil pudesse operar no seu primeiro ano. E a ideia, quando começou a ser formatada, vai ser uma Fundação e tal, bom: então quem vai instituir essa fundação? Quem vai ser o instituidor? Qual é o formato que isso vai ter? Que pessoas vão estar envolvidas? E aí esses quatro, que depois vieram a se tornar os diretores, esses quatro idealizadores mais a Denise, pensaram inclusive nisso, não é, necessidade de se buscar pessoas que fossem ícones dos direitos humanos no país e que tivessem acima de qualquer suspeita. Qualquer uma daquelas pessoas que estavam envolvidas no processo, se fossem os instituidores da Fundação, talvez o fundo ficasse muito preso à imagem deles, que são pessoas, enfim, também acima de qualquer suspeita, mas são pessoas que estão ligadas às suas organizações. Como a ideia era criar realmente uma coisa que fosse independente, eles tiveram a ideia e foram conversar com o Abdias Nascimento, com Rose Marie Muraro, Margarida Genevois e Dom Pedro Casaldáliga, portanto ícones de direitos humanos de quatro áreas distintas e, assim, pessoas de reconhecida trajetória e história, adorados e admirados por todos, por todos que trabalham na questão de direitos humanos no país hoje. E foram até eles por eles serem representativos, contaram a ideia e os convidaram a serem os instituidores formais da Fundação. E eles toparam. Um de cada vez, todos quatro toparam, acharam que ideia era realmente inovadora, diferente e que era alguma coisa que estava sendo... Enfim, estavam criando raízes fortes no país para dar frutos interessantes para frente. Então os quatro toparam e eles foram os instituidores formais do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Na verdade, a dona Margarida Genevois, essa é uma historinha interessante de contar, porque Dom Pedro Casaldáliga está no Araguaia, Rose Marie Muraro aqui no Rio, Abdias [Nascimento] também estava aqui ainda naquele tempo, e dona Margarida em São Paulo, mas na verdade a dona Margarida [Genevois] é a mais ágil de todos. Todos eles já velhinhos, não é, com bastante idade, Dom Pedro Casaldáliga não consegue mais se deslocar, por causa do Parkinson. Abdias estava também devagarzinho dentro de casa. Então dona Margarida teve uma procuração de todos eles e foi ao cartório ela e formalmente fez a... Foi quem criou o Fundo em nome dos outros quatro. Houve um jantar na casa do Abdias para se fazer a celebração dessa história toda e esses quatro instituidores foram quem nomeou, digamos assim, o primeiro conselho e diretoria do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Desde o início,

³ Oak Foundation

⁴ Fundación Avina

desde que se montou essa ideia, até pelo cuidado dos instituidores, de você realmente não deixar... A ideia do Fundo está... Parecer que ela estava, nem parecer, na verdade ela não estava, mas nem parecer que ela estava intimamente ligada a ninguém, ou a nenhum viés, ou a nenhum lado, digamos assim, do movimento de direitos humanos, porque o propósito não era esse. O propósito era realmente ser uma fonte de apoio financeiro, em especial, para o movimento como um todo, identificando a cada momento quais são as prioridades. Enfim, que a gente tivesse transparência e imparcialidade total para poder fazer esse tipo de coisa, sendo que quando você reúne um coletivo que trabalha em direitos humanos, por mais imparcialidade que você tenha é uma imparcialidade que sempre vai levar em consideração fatores políticos, enfim. É claro que não é uma imparcialidade burra, diria que, uma imparcialidade cega, não é nem burra, mas cega, é uma imparcialidade que é capaz de priorizar aquilo que é fundamental nesse campo.

L.L. – Aí, dentro disso que você está nos explicando, o que eu perguntaria, é o seguinte: tendo em vista que o campo de direitos humanos nos dias de hoje está muito fragmentado, muita coisa pode ser identificada como campo de direitos humanos. Como é que o Fundo Brasileiro de Direitos Humanos, vamos fazer assim, define o caminho? “Eu tenho x de recursos e tenho essa seara aqui enorme sobre o assunto.”. [Risos] Como é que vocês... Qual foi a estratégia?

A.A. – Bom, a estratégia ela é... Nós estamos no sexto ano de operação e até agora o foco tem sido o que foi definido no primeiro ano de operação, que foi o combate à violência institucional e à discriminação, que mencionei aqui de cara. A estratégia é: tentar identificar para apoio àqueles nichos, àqueles áreas de direitos humanos para onde se carrega menos recursos. A gente sabe que existem algumas fontes de financiamento ainda, internacionais e algumas dentro do país, que estão apoiando direitos humanos, então a ideia é sempre identificar aquilo que está sendo apoiado e tentar apoiar o que não está sendo apoiado. Essa foi a ideia, onde se tinha muito recurso, a ideia é que o Fundo possa crescer e conseguir outras coisas para apoiar mais gente e projetos maiores inclusive. Mas no início, nesse início em que o recurso era pequeno, era fixar nas pequenas organizações, como te falei lá atrás, ele foi criado para dar prioridade para os pequenos, para onde ninguém chegava, e dentro desse universo dos pequenos, que também é grande, não é, tentar focar nas áreas onde ninguém está focando. Como é que ele faz isso? Como é que se estrutura o Fundo? E eu acho que a estrutura do Fundo é fundamental para

garantir que isso vá se reproduzir, porque até pode ser muito fácil você fazer isso no início, quando você tem um grupo de pessoas muito bem intencionadas. Como é que você mantém isso? Se tentou criar uma estrutura de fundação, enfim, bastante oxigenada, a governança da Fundação está baseada em um conselho consultivo de até 15 pessoas, e esse conselho, ele é formado de ativistas de direitos humanos. Então esses quatro diretores que te falei no início, são desde o início no conselho curador e além deles se chamou outras pessoas que tinham notório, digamos assim, trabalho na área de direitos humanos e nos mais diversos campos. Então você, desde o início se tentou trazer pessoas para dentro da governança do Fundo que fossem representativas do maior número de áreas possíveis. Então, tem gente trabalhando com criança e adolescente, tem gente trabalhando com questões rurais, com questões urbanas, com mulheres, com público LGBT⁵, com indígenas, com populações tradicionais. Enfim, você dentro desse imenso campo de direitos humanos você tem pelo menos um representante desses mais diversos segmentos que estão ali, que são abraçados por esse grande guarda-chuva de direitos humanos, para que esse coletivo de até 15 pessoas, que tem um mandato de três anos, e que se pode haver no máximo duas reconduções. Então, um conselheiro vai ficar no Fundo até no máximo nove anos, não é? Nós estamos no sexto ano, nós já tivemos uma maior rotatividade, porque muita gente, para muita gente é muito pesado esse *plus*, são pessoas que estão em outras organizações e tal, mas nós temos ainda ali um grupo de pessoas que estão desde o início e que vão ficar no máximo nove anos. Com isso a gente acha que com a rotatividade, trazendo outras pessoas, cuja premissa é que tenham experiência, que estejam... Que conheçam o terceiro setor, não precisa necessariamente ser ativista, como era o grupo inicial, mas pode estar na academia, enfim, precisa ter muito conhecimento de causas de direitos humanos para vir para dentro do conselho, porque a sua função será justamente ajudar esse coletivo a identificar aonde é prioritário. Então esse primeiro conselho, há cinco anos, ou logo depois que se montou, que se implementou, identificou como nicho o combate à violência institucional e à discriminação, discriminação em especial ao eixo gênero e raça. É o foco maior do Fundo. Desse conselho curador sai uma diretoria de quatro pessoas, que tem mandato de três anos também, podendo ter uma única recondução. Então a diretoria, o mandato é menor ainda, então ela se recicla ainda mais, tem um conselho fiscal, também com mandato. E aí tem uma equipe executiva, e eu coordeno a equipe executiva, que é bem pequena, são sete pessoas

⁵ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

hoje. Eu venho para o Fundo Brasil de Direitos Humanos, inicialmente convidada para o conselho, fazia parte desse coletivo de ativistas, dos primeiros 15. Em função da minha trajetória, e quando se buscou contratar alguém para coordenar a equipe executiva que ia efetivamente colocar a fundação para funcionar. Eu tinha uma experiência antiga de ter trabalhado em uma fundação, inclusive no exterior e tal, e acabei sendo convidada, concorrendo com outras pessoas, e acabei sendo convidada e assumi a coordenação executiva do Fundo desde o primeiro momento, desde que a gente... E foi implantar uma fundação, desde o pensar o seus procedimentos. Como é que vai ser? O que é que vai ser? Lá no início, o que o conselho definia era o foco, de onde nós vamos fazer, e o que estava definido estatutariamente e tal, era que a gente ia ter um edital anual para identificação de projetos. Fora isso, tudo vem sendo construído, pouco a pouco, na prática com a gente numa imensa discussão com a diretoria, que tem uma participação muito forte dentro do Fundo, ao contrário de algumas fundações onde ela se distancia muito. A diretoria é muito presente, o trabalho dela é voluntário, mas ela está o tempo inteiro lá e ajudou a construir exatamente essa ideia, não é? Agora, a grande vantagem que eu vejo é isso, é que embora toda essa construção tenha saído da cabeça de pessoas que estavam lá no início pensando o que deveria ser uma fundação como essa. Estas pessoas vão ter que passar o bastão para outras que virão e que vão reciclar essa coisa, permitindo sim que a gente possa ter outros olhares e veja, entendeu: “Agora de repente esse nicho aqui não é mais o necessário, o nicho é outro.”. Então, a sua pergunta: como é que define? Define, a governança define, o conselho curador define o foco, todo ano, o conselho se reúne duas vezes por ano, e todo ano ele revê esse foco, debate em cima dos projetos que estão sendo apoiados, verifica se... Avalia se o que a gente está apoiando é o que é realmente necessário e todo ano a gente tem uma decisão do conselho se deve continuar assim ou mudar alguma coisa.

L.L. – Você falou, quer dizer, de alguma forma, vamos supor, definiu-se lá um foco, etc., o edital é o que, vamos dizer assim, publicisa essa... Porque se não teria, estou inventando aqui, não sei quantas pessoas que conhecem o campo e dizem: “Eu sou ativista no campo, sei que lá em não sei onde tem um grupo sim que está precisando”. Vamos supor, digo: “Olha, não, eu conheço ali o fulaninho e o beltraninho que são ativistas, militantes, e estão precisando muito”, e traria, entendeu? É óbvio, não estou falando isso no sentido pejorativo não.

A.A. – Está corretíssimo.

L.L. – Assim as coisas funcionam, não é?

A.A. – E esse grupo, esse coletivo que está no conselho, por exemplo, na medida em que a gente diz que a gente quer que tenham no conselho pessoas que têm muita experiência e muito conhecimento de causa, até seria natural se a gente imaginasse que essas pessoas conhecem, por exemplo. Mas a ideia do início foi de não permitir em hipótese alguma que isso fosse uma ação entre amigos, ainda que entre bons amigos, não é? Ou amigos com boas intenções, mas a ideia era realmente tentar construir uma fundação que trouxesse a *expertise* dessas pessoas, mas não beneficiassem diretamente essas pessoas. Então, é claro, que a gente tem uma série de regras que, por exemplo, as organizações dessas pessoas, ou que essas pessoas compõem, ou que estão em um conselho, ou sei lá o que, não podem ser beneficiadas. E todo e qualquer apoio que é feito pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos é feito por intermédio de um edital anual, que a gente lança anualmente em dezembro e fica por um período de praticamente três meses aberto. A gente tem que divulgar esse edital o máximo possível, a gente busca a cada ano ampliar, digamos assim, o alcance dessa divulgação para garantir que a gente tenha um maior número de organizações possíveis chegando até nós e podendo pelo menos buscar o acesso ao recurso. E só para você ter uma ideia, desde que a gente começou, a gente tem tido uma média de 700 projetos por ano, por edital, chegando até nós. Você vai me perguntar: 700 projetos são todos bons? São todos dentro do foco? Não, mas acho que é um demonstrativo de que a gente enfim está permitindo um acesso amplo, bastante amplo, e maior dessa possibilidade.

L.L. – E vocês têm aprovado quantos?

A.A. – A gente tem aprovado... Esse ano, nós estamos no sexto ano, agora nós devemos aprovar uns 33 projetos, mais ou menos, e devemos repetir os do ano passado, que foram 33 projetos. Nós começamos com 25, ou 24, e temos subido um pouquinho a cada ano e hoje estamos com 33 projetos, o que, a meu ver, assim, é muito com relação ao que a gente começou, mas ainda é muito pouco em relação ao que acho que o Fundo tem que fazer, porque nós estamos falando de pequenos projetos. Então, são projetos de 10 a 25 mil reais, não é, quando você apoia 33 no ano, você apoia 800 mil reais, mais ou menos. É um bom recurso, é um recurso que a gente está colocando no campo, a gente tem visto resultados interessantes, mas a gente tem, assim,

um objetivo, uma meta, entendeu, de melhorar isso muito. Só que para melhorar isso a gente precisa captar e mobilizar recursos, então o trabalho do Fundo hoje é em um país onde praticamente não existe uma cultura de doação para direitos humanos na sociedade civil, é criar essa cultura, ou ajudar a alimentar essa cultura para mobilizar recursos, em especial, internamente. Porque à medida que a gente conseguir mais recursos, mais projetos a gente apoia. Eu diria que a gente está fazendo um trabalho que ele vem evoluindo devagarzinho, e a gente evolui devagarzinho até para ser uma coisa responsável, não adiantava apoiar em um ano, sei lá, 40 projetos e depois cair para 20 de novo, porque isso não é interessante e cria uma insegurança, porque as organizações não sabem quanto de recurso o Fundo vai ter. Então a gente anuncia, quando a gente lança um edital, a gente tem um edital que é publicado no nosso site e a gente também imprime em papel, a gente divulga em papel, manda para as organizações que já foram apoiadas, distribui o mais que a gente pode país a fora e está lá no nosso site também. E quando a gente lança esse edital a gente informa ali o foco, e a gente informa quanto de recursos que a gente tem para aquele ano e qual é o tamanho do projeto. Então tem sido todo ano, até agora isso ainda não mudou, de 10 a 25 mil reais, e a gente informa: naquele ano nós vamos apoiar, pelo menos, ou até 800 mil, que é o caso do edital desse ano que a gente anunciou até 800 mil reais. É claro que se no meio do caminho, no nosso trabalho de captação de recursos surgem novas possibilidades e alguma coisa muda, a gente vai poder apoiar mais projetos, existem sempre alguns que ficam numa lista de espera, que a gente gostaria de apoiar e tal. Mas enfim, a gente tem conseguido fazer isso com certa constância e esse crescimento paulatino, o que a gente entende que ele é uma garantia de estabilidade, inclusive para os nossos *grantees*, para os nossos...

L.L. – E me diga uma coisa, assim, curiosidade. E as pessoas já adquiriram *know-how* de fazer os projetos? Porque estou pensando na... Projetos como você mesmo disse, ligados lá na ponta, não é, não é uma instituição que tem... Ali eles...

A.A. – Olha só, são vários desafios. Esse foi o nosso primeiro desafio, a gente sabia, se a gente queria atingir esse público lá na ponta, não adiantava a gente ter uma expectativa de ter um projeto maravilhoso e sofisticado na nossa mão, porque a gente não ia atingir aquele público. Então desde o início, desde o primeiro edital a premissa foi uma leitura flexível, não com relação ao conteúdo, mas com relação à forma. Nós sempre tivemos essa ideia, mas para além

disso, quer dizer, além de ter uma leitura flexível, ou um olhar flexível sobre a formatação do que está sendo mandado, nós achávamos que a gente tinha uma obrigação de tentar ajudar as pessoas, auxiliar as pessoas para que elas mandassem alguma coisa que fosse inteligível. Então os nossos editais, eles são uma espécie de um formulário. A gente começou com 19 ou 20 perguntas, a cada ano a gente vai modificando, a gente vai melhorando essas perguntas com base inclusive na leitura do que as pessoas apresentam e a gente verifica que uma dada pergunta que a gente achava que era muito interessante, depois de ler 700 projetos e ver que aquelas respostas nenhuma delas diz absolutamente nada, você muda o jeito de perguntar e tal. E nós fomos melhorando esse formulário, hoje ele é um formulário de 17 perguntas, que se as pessoas respondem, elas têm um projetinho bem bonitinho, arrumadinho, e é uma maneira de você treinar as organizações que não sabem como fazer a montarem um projeto. Elas não necessariamente sabem que eles estão fazendo um pequeno cursinho ali de elaboração de projetos, mas é o que a gente faz. E com isso elas têm melhorado cada vez mais, organizações que mandam dois, três anos seguidos, a gente vê que elas já vêm com outra... Agora, qualquer comunidade que pega um edital nosso e que responde minimamente aquilo ali, ela consegue fazer um projetinho que dá para a gente entender o que ela quer, e aí a flexibilidade do olhar está nisso, em a gente olhar e tentar entender o que as pessoas estão querendo dizer para a gente inclusive ser capaz de pinçar, resgatar, aquela comunidade ali que ainda não chegou lá, mas que tem muito para fazer, não é? Então isso a gente tenta todo ano, embora as organizações estejam melhorando.

L.L. – E a doação é por um ano, depois renovada?

A.A. – A doação é por um ano.

L.L. – Renovável ou não?

A.A. – Então, por enquanto, não. O que a gente fez ao longo de cinco anos, digo sempre que a gente, no fundo, a gente vai resolvendo os problemas conforme vai se deparando com eles. Então no primeiro ano a gente fez o edital, aí no segundo ano a primeira pergunta: “A gente pode de novo?”, e a gente: “Nossa, uau!”. Vamos lá, reunião do conselho, reunião de diretoria, como é que vai ser? Porque sempre, desde o início teve também a preocupação, que acho que

é a preocupação de quem apoia projetos pequenos, que é tal preocupação com a dependência, não é? Quando a instituição é muito pequena, se você apoiar todo ano de repente ela só existir porque você financia o trabalho dela. Então, como havia uma preocupação com a dependência, a ideia era promover o trabalho da organização, fortalecer, servir para ajudar a fazer, digamos, um degrau para que aquela organização pudesse acessar outros fundos e tal, então a gente... No início a gente definiu, no segundo ano a gente definiu e quando digo a gente, na verdade, no âmbito do conselho, que as organizações poderiam receber, poderiam ser apoiadas por até dois anos, dentro de um bloco de cinco anos. E é por isso que digo que a gente está... A gente aprende conforme os projetos aparecem, porque agora nós estamos no sexto ano, então nós acabamos o primeiro bloco de cinco anos e nós vamos ter uma reunião do conselho esse ano, para a gente pensar então como é que a gente faz. Se a partir de agora, se foram cinco anos, a partir de agora organizações que já foram apoiadas dois anos em tese elas podem, agora, cinco anos desde a última vez que foi apoiada, ou é dentro do bloco de cinco anos. Então esses detalhes procedimentais a gente vai construindo devagar, mas a ideia central é essa: em um bloco de cinco anos, apoiar até duas vezes, sendo que até duas vezes não é continuação da primeira, o projeto tem que competir de novo. Ele tem que mandar novo projeto, pode até ser uma continuação, pode se reportar a ele, mas ele vai entrar numa concorrência com os demais e ele tem que ser escolhido no meio do grupo.

L.L. – Só mais uma coisinha, tem prestação de conta?

A.A. – Tem. Tem tudo. [Risos]

L.L. – Estão aprendendo, é curso intensivo de gestão, administração, tudo, muito interessante.

A.A. – Aí você imagina que para nós, voltando à história de ser ativista, enfim, nenhum de nós vinha de uma carreira, de uma instituição de filantropia que estava acostumada a apoiar projetos. Éramos todos fazedores de projetos, que apresentam e...

L.L. – Eram apoiados.

A.A. – Nós éramos apoiados e de repente passamos a ter a responsabilidade de apoiar projetos e, enfim, com todos os cuidados que se tem com isso, porque é um recurso que era dos direitos humanos, não é daquele grupo, então... Não é? E que tem que prestar contas e tal. Então tem toda uma... E nós fizemos tudo, primeiro nós fizemos um levantamento com outros fundos, com outras fundações, de como é que eram os procedimentos de tudo que se existia no Brasil e até alguma comparação com o de fora, para entender tudo que era necessário, mas com aquele olhar que te falei. Como a gente queria atingir um público diferenciado, que tinha dificuldade, por exemplo. Uma organização que não sabe elaborar projeto, ela sabe menos ainda prestar contas, e às vezes, ela não sabe prestar contas, não é por má fé ou porque não gastou o dinheiro corretamente, é simplesmente porque não sabe preencher uma planilha Excel, ou nem tem computador, ou se tem não sabe o que fazer com o Excel. Então a gente sabia que era isso e tinha que adaptar todos esses procedimentos para um público que a gente queria beneficiar, sob pena da gente realmente não conseguir alcançar esse público. Então a gente tem todas as exigências que outro financiador tem, mas a gente tem esse olhar flexível com relação à forma de fazer as coisas. Então quando a gente financia um projeto, desde o primeiro ano foi assim. A gente, primeiro, que dá o recurso, mesmo sendo pequeno, em duas vezes, 50% e 50%. Antes de desembolsar os 50% a gente assina um contrato com o grupo e um contrato que é negociado com esse grupo, explicado para esse grupo, como é que ele vai ser e tal, e adaptado caso a caso, porque os projetos são de até um ano, mas nós temos alguns projetos que, às vezes, são de sete meses, de oito meses. Então, a gente faz um projeto para cada caso, e uma vez assinados os projetos onde a gente cria as obrigações deles, na metade do projeto, está lá o prazo bonitinho, de eles apresentarem um relatório de atividades e um relatório financeiro, se aprovado vai ser desembolsado o segundo 50% e no final tem relatório de atividades e financeiro de novo. E uma vez desembolsado o recurso, a gente faz, a gente tem uma relação muito próxima com todos os nossos *grantees*, é só isso que a gente faz, é isso que a gente tem que fazer direito. Não é? Então, tem uma coordenadora de projetos que ela entra em contato com todos os *grantees*, desde o início, para fazer o contrato, a gente tem que conhecer quem é que está elaborando o projeto e esse contato inicial é feito por telefone ou por email, a coisa do monitoramento, até chega [inaudível]. Mas enfim, para uma organização que financia pequenos projetos no país inteiro, é o nosso caso, a gente desde o início a gente percebeu que se a gente fosse visitar todos os projetos a gente ia gastar mais viajando do que... E não era isso. Então a ideia é manter o contato mais próximo possível, mas com menor gasto. Então a minha

coordenadora de projetos no momento que a gente identifica os projetos ela entra em contato com as organizações e fala com as pessoas, direto por telefone, ou muito mais por email, por Skype, com algumas que tem já hoje. Enfim, e com isso, ao estabelecer essa relação, a gente assina o contrato, desembolsa o recurso, mas ela mantém essa relação. Então as pessoas que tenho trabalhando em projetos hoje, a gente faz um monitoramento e que ainda que seja à distancia, a gente está muito presente nas atividades da organização. Quando chega na hora de apresentar relatório de atividades e relatório financeiro, a gente parte do princípio também de que essas organizações precisam de um roteiro mínimo. Então a gente tem um roteiro, que é personalizado em cima de cada projeto, para um relatório de atividades e para um relatório financeiro, que são perguntas e respostas, que nem o nosso formulário do edital. A gente tem perguntas e respostas para o relatório e para o financeiro. No geral, o relatório de atividades vem muito bem, o financeiro por conta do Excel, por conta de não sei o que lá, é mais complicado. E o que é que a gente faz? Nesse momento a gente estabelece uma relação bem próxima também, o relatório chega e não chega bom, a gente conversa, a gente troca, explica, mostra, pergunta. Faz a instituição entender como é que ela tem que apresentar aquele dado. Depois que ela apresentou o dado corretamente a gente dá a segunda metade do recurso e vai até o final e no final tem uma coisa assim de novo. Aí, além disso, nós temos no meio do nosso ano de projeto que é em dezembro, os projetos, a gente lança o edital em dezembro, mais ou menos, até março é o prazo para receber o projeto. Aí vai de março a junho o prazo de seleção de projetos que também é um processo longo que te conto daqui a pouco, que é como a gente consegue identificar bem, digamos assim, os bons projetos a serem financiados. Mas, mais ou menos em julho a gente tem o resultado do nosso edital anunciado publicamente no site, a gente informa para todo mundo quem foi e quem não foi e tal. E aí a partir de agosto a gente começa a desembolsar recurso, e vai de agosto a julho quando é um projeto de um ano, realmente. Nesse meio do caminho, em dezembro a gente lança outro edital. E o que é que a gente faz? Por ocasião do lançamento do edital a gente tenta fazer... A gente tem feito todo ano um evento em São Paulo onde a gente traz um representante de cada uma das organizações e faz um evento de formação, ao mesmo tempo em que a gente faz o lançamento do outro edital. Então a gente tem oficinas de formação, que vai de elaboração de projeto, financeiro e tudo mais, mas a gente tem oficina de comunicação, é um momento que como a gente consegue certa visibilidade para o Fundo Brasil de Direitos Humanos, porque ele está lançando um novo edital, a gente otimiza e traz os projetos porque a gente consegue dar visibilidade para eles também. E a gente entende

que nossa função, não é, é dar voz para essas pessoas. Então estar em São Paulo, dar visibilidade para os projetos que a gente está apoiando e lançar outro ao mesmo tempo, é um momento que geralmente consegue atenção da imprensa e coisas desse tipo. E todo ano a gente tem essa oficina, dura três dias em São Paulo, que é um momento a mais de formação, que a gente faz para esse público aí. Eu diria que no final de um ano de projeto, as organizações, se não 100%, mas uma boa parte das que passam pela nossa mão já estão... Elas saem no final de um ano sabendo minimamente elaborar um projeto e prestar contas direitinho.

L.L. – Eu ia fazer uma observação, que é [risos] quase na brincadeira. Eu não sei se entendo desse jeito, não sei se a situação dos direitos humanos desses grupos melhorou, agora, certamente a qualificação deles melhora muito! [Risos] Porque sei que é difícil, aparentemente é uma coisa simplesinha, não é não! É difícilíssimo! E as pessoas que passaram por esse processo todo, a qualificação deles como, vamos dizer assim, empresários dos direitos humanos... Empresariar as coisas é... Certamente mudou de qualidade, muito! Estou só ouvindo você contar, mas posso imaginar, não é, porque as pessoas não têm experiência não, na vida.

A.A. – Não tem. É projeto pequeno, são comunidades, são grupos de mães voluntárias que estão monitorando a situação dos seus filhos na antiga Febem⁶, não é? Então você imagina essas mães tentando montar uma organização e fazer essa organização se institucionalizar.

L.L. – Eu te diria que não é só por causa disso não, se você pegar em muitos lugares alunos universitários eles não sabem fazer isso. [Risos]

A.A. – É porque está fora da nossa...

L.L. – Classe média, média baixa, média alta, não importa, quer dizer, nossa formação, pelo menos no passado, valorizava muito pouco tudo isso. Então ninguém sabia prestar contas, as pessoas têm horror! [Risos] Então, estava te dizendo que isso é muito interessante e acho que, quer dizer, para além da função que vocês desempenham e, de fato, ajudando, colaborando

⁶ Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

para que entidades lá na ponta... Vocês estão fazendo um trabalho de educação, de treinamento, que é fantástico, meus parabéns.

A.A. – Acho que sim, acho que nesse sentido a gente pode dizer que foram coisas que a gente conseguiu no processo perceber que era um *plus* que a gente podia trazer para esse... Enfim, financiar os projetos, colocar o recurso efetivamente nos projetos é absolutamente relevante para essas pessoas, para essas organizações, para o movimento de direitos humanos de uma forma geral, mas trazer esse *input* técnico, ou esses treinamentos, para que essas organizações saiam desse processo um pouco mais institucionalizadas, acho que é um *plus* que a gente pode oferecer e que é definidor do diferencial dessas pessoas. Entendeu? Junto com o recurso e tal, acho que a gente tem conseguido agregar bastante coisa.

L.L. – Me diga uma coisa, você falou em algum momento que você ia falar também a questão da seleção.

A.A. – Então, é que acho que... Assim, como a gente não visita, muita gente perguntava: “Ah, mas vocês monitoram e tal?”. O nosso monitoramento à distância, hoje a gente está fazendo visitas por amostragem, a partir do terceiro ano do Fundo a gente sentiu que era necessário. Não pelos projetos só, mas se a gente é uma instituição que quer captar recursos para um eventual doador, para indivíduos, e que vão eventualmente colocar recursos no Fundo Brasil de Direitos Humanos, é fundamental que eles sintam plena confiança, transparência e que a gente tenha credibilidade quando a gente está contando as histórias que a gente está contando. Então uma coisa é dizer que o Sérgio Haddad, ou o [Darci] Frigo, enfim, os nossos diretores conhecem o campo, outra coisa é dizer que a equipe foi lá, viu, fez e aconteceu. Então, tudo bem, nós não vamos visitar todos os projetos, porque o custo benefício não faz sentido, mas fazer essas visitas por amostragem, a gente tem feito a partir do terceiro ano está funcionando bastante bem. A gente faz uma visita em cada região do país e o que a gente tenta juntar: projetos que estavam sendo apoiados esse ano e os que foram ano passado. Porque nosso edital corre de tal forma, que hoje, nesse exato momento eu tenho projeto, às vezes, de dois anos ainda em curso. Um que está terminando, outro que está na primeira metade, então quando faço visitas em épocas do ano que, às vezes, consigo juntar três editais, ou dois e ainda visito um antigo, que não está mais sendo financiado, mas que vou lá ver se a organização continua

existindo e tal. E com isso, consigo construir histórias, consigo fazer um monitoramento que é bom não só para prestar contas para os nossos doadores, mas para a gente também, porque a equipe, a diretoria e os conselheiros aprendem com os resultados desse processo e com isso conseguem avaliar se o trabalho que a gente está fazendo é bom, se a gente está efetivamente escolhendo os projetos certos. Uma instituição que não visita todos os projetos ela tem que se preocupar em identificar os melhores projetos. Desde o início essa foi a nossa preocupação: como é que a gente vai identificar os melhores projetos? E aí o nosso processo de seleção é um processo bem cuidadoso, chegam 700 projetos, 800, às vezes já chegou... Ano passado foram 900 e pouco. A gente tem uma fase inicial de triagem, com critérios públicos também, que a gente estabeleceu desde o primeiro ano e que tem a ver, em especial, com o foco do nosso edital. Então, assim, o primeiro grande critério é se esse projeto está falando de combate à violência institucional e à discriminação pelo viés da defesa de direitos, que é outra coisa que está muito clara no nosso edital. A gente... Discriminação, a gente, por exemplo, tem projetos que chegam à nossa mão que estão... Que o público alvo é um público que a gente reconhece que é um público que é vítima de discriminação no país, por exemplo, uma comunidade quilombola, que fala da discriminação em razão da etnia e coisa e tal. Mas aí ela apresenta um projeto de geração de renda, porque ao gerar renda você está empoderando aquela comunidade e ela vai ser menos discriminada, a gente fez uma opção, e aí foi uma opção estratégica de não optar gerar... Não financiar geração de renda. Por quê? Porque geração de renda é um mote para o qual se carrega mais recursos no país, tem fundações que estão colocando recurso nisso aí, não pela ótica da discriminação, mas pela ótica da geração de renda das comunidades e tal. Então a gente prefere colocar o recurso naquelas atividades onde... Se estão tratando de discriminação, vamos então colocar recurso nas atividades de mobilização, de articulação, de defesa de direitos para o combate à discriminação. Então o nosso edital é todo construído para isso aí, e a gente tem uma primeira seleção que é uma tentativa de olhar se são projetos que tratam disso, ou se tratam de geração de renda, ou se tratam de coisas que não estão, não caem no nosso foco em especial. Além do que, a gente tem algumas categorias que a gente não apoia. A gente não apoia instituições do governo, a gente não apoia universidades, a gente não apoia algumas... E o que a gente não apoia está expresso no nosso edital. A gente não apoia organizações ligadas às igrejas, todas as organizações que a gente acha que podem ter acesso a outras fontes de recursos a gente, em princípio, não apoia. Então a nossa triagem inicial visa excluir aqueles que não se apoia e fazer um primeiro olhar sobre a temática, se tem a ver com

violência institucional, dessa triagem, a gente sempre tem um profissional que faz essa triagem inicial em cima dos critérios que estão colocados. Esse profissional se reúne com a equipe, que na verdade sou eu e a coordenadora de projetos, que fazem então a primeira leitura junto com esse profissional, para chegarem a um corte inicial, pela metade, mais ou menos, de projetos e aí a gente apresenta para a diretoria. A diretoria no geral são quatro pessoas de áreas diferentes dos direitos humanos, que vão ter um olhar de prioridade. Essa diretoria faz uma pré-seleção de projetos, que aí a gente manda para um comitê de seleção, todo ano tem sido sete pessoas, especializados cada um em uma área dos direitos humanos, mas não ligados à Fundação. Então cada ano a gente convida pessoas diferentes, às vezes, a gente repete e tal, mas são pessoas que têm experiência com projetos e com direitos humanos, muita gente ligada à academia. Em geral é muito interessante trazer as pessoas da academia, porque elas têm uma noção do campo, têm um olhar diferenciado, por exemplo, da diretoria que é mais militante. E aí esse comitê de seleção olha esses projetos pré-selecionados já por essas três primeiras etapas, digamos assim, fazem lá um... Tem um processo que o comitê de seleção faz. A gente sempre tem relatores e revisores. Aliás, isso esqueci de dizer, todos os projetos, todas as etapas, a gente faz um esquema de relator e revisor, nossa ideia é que sempre você tenha pelo menos dois olhares em cima de cada projeto, para tentar evitar que a gente deixe passar qualquer coisa. A gente tem uma técnica também que é: na dúvida a gente passa para frente e não corta. Entendeu? Então, se duvidar, chega mais na mão do comitê de seleção. Mas a ideia é essa, é não excluir ninguém, e para você ter realmente condição de escolher os melhores. Então vai para o comitê de seleção, esse esquema de relator e revisor, eles fazem uma seleção final e essa seleção final eles apresentam para o nosso conselho curador, em final de junho, mais ou menos, para esses 15. Que aí também que conhecem o campo como um todo, e aí apresentam os projetos em uma escala de prioridades, digamos, se temos recursos para 33 projetos, eles vão aprovisionar: “Olha, segundo o comitê de seleção...”. E o comitê se reúne entre si, eles passam dois dias discutindo e tal, e chegam lá numa lista de 33. E eles deixam... A gente sempre pede uma lista de espera de mais uns 10, porque eles apresentam para o conselho curador, que vai ter um olhar ali de: “O que é que a gente ainda está buscando nessa altura?”. A gente quer sempre ter uma diversidade de temas e uma diversidade regional. Desde o início, o Fundo Brasil de Direitos Humanos, a gente sabia que precisava passar um sinal para a sociedade brasileira de que os direitos humanos são violados no país como um todo e de formas diferentes. Uma instituição que quer captar recursos para direitos humanos, ela tem que explicar o que é direitos humanos,

o que é violar direitos humanos e que tipo de público tem direitos humanos violados e aonde. Então para a gente é fundamental mostrar que isso está espalhado e que os temas são os mais variados possíveis, não é só a tortura policial, não é só índio, não é só violência doméstica, mas é...

L.L. – Os quilombolas lá no...

A.A. – Mas tudo isso é direitos humanos, não é? Então, quando vai para mão do conselho curador, ele tem um olhar último sobre isso, quer dizer, claro que esse olhar está presente desde sempre, o comitê de seleção sabe que tem isso, mas no final vai para o conselho curador para ele olhar, eventualmente conhece alguma das organizações que está ali e sabe que ela é uma organização maior. A gente pede as documentações financeiras das organizações que são pré-selecionadas, a gente pede o balanço do último ano para a gente ver se é realmente uma organização pequena, embora tudo isso esteja no edital, mas, às vezes, tem uma organização grande que concorre e a gente não sabe. A gente não sabe tudo, não é? Não tem jeito. Então a gente tem todas essas etapas para chegar na mão do conselho. Se tiver uma organização que é maior, que está acima daquilo que a gente está disposto a apoiar, ou que tem acesso a outras fontes de recursos que a gente sabe. Então, nós já tivemos organização concorrendo no nosso edital que tinha recurso, por exemplo, da própria Fundação Ford, de onde saiam recursos para o Fundo. A gente... Não é que não faça um bom trabalho, mas uma organização que consegue elaborar projetos para a Fundação Ford não precisa do recurso do Fundo.

L.L. – Já teve alguma que estava lá na lista, que por condição ou outra, conseguiu e aí recusou o... [Risos]

A.A. – Não, por incrível que pareça nós tivemos um caso. Nós tivemos um caso e é um caso interessante, porque, assim, desde sempre, como falei, a proposta do Fundo é captar e mobilizar recursos dentro do Brasil também. O que é que é mobilizar recursos dentro do Brasil? É buscar junto a indivíduos, junto a empresas, as fontes que podem ser, eventualmente, até junto ao governo, que é negociação que a gente está tentando fazer agora. Mas, empresas e indivíduos a gente vem tentando desde sempre e nós conseguimos, já a partir do nosso segundo ano nós temos alguns doadores, fomos super bem sucedidos nesse sentido, tivemos duas empresas

doando para nós alguns recursos. A Natura, que é uma empresa que tem investido bastante em vários projetos, e depois foi o Itaú Social, que na verdade não é uma empresa, mas que a gente considera que vem do meio corporativo. E a modalidade que a gente tem feito de captação de recurso é criar uma história, tipo, adoção de projeto. Qual é a ideia? Em especial, para o indivíduo, o indivíduo quer colocar o recurso no projeto, mas ele não quer, ele não tem condição, muitas das vezes, de gerir o projeto, de buscar prestação de contas, e até de selecionar o projeto. Muita gente até acha que pode solucionar, mas aquele que não acha que tem condição de selecionar, se selecionado ele estiver, ele não quer gerenciar. Então, o que é que a gente pensou? A gente oferece toda a seleção e a gestão do projeto e o doador põe o recurso. Então o recurso não vem para nós, quer dizer, entra no Fundo, mas a gente não fica nem com taxa de administração. É adoção mesmo, o recurso vai inteiro para o projeto. O que a gente ganha com isso é a capacidade de apoiar mais projetos dentro do edital que a gente faz, mas o recurso não é para nós. E assim que as empresas e indivíduos têm apoiado a gente desde o início, dentro dessa modalidade, que a gente coloca publicamente lá. Então tinha o apoio da Natura e do Itaú, e alguns apoiadores individuais. Nós tivemos o ano passado uma organização que recebeu recursos, que foi identificada, foi selecionada e tal, do Pará, e que quando veio para o evento de formação do final do ano... É um momento que a gente abre para o público, quem quiser vir conhecer os projetos, enfim, é uma forma de você dar visibilidade para os projetos, para doador, se quiser vir, conversar e tal. O doador, a gente não vincula o doador com um projeto, ele está adotando projetos, mas ele vai lá, vai conhecer os projetos. Bom, nesse evento de formação do final do ano estava presente uma representante da Natura, e ela conversou com vários projetos e tal, eles têm um especial interesse nas questões de populações tradicionais e na Amazônia, isso que a Natura está buscando. Bom, passou o evento, acho que no mês seguinte, a Maíra que é a nossa coordenadora de projetos fez uma visita ao Pará e foi conversar com uma dessas organizações. Chegou numa reunião, onde teve uma imensa de uma saia justa, porque a organização disse: “Olha, nós temos altos problemas aqui com a Natura, por conta da maneira como a Natura está gerindo a relação com as raizeiras do...”. Enfim, alguma coisa a gente até sabia da existência desse problema, sei que esse é um problema que a Natura tem, mas a gente não tinha noção de que uma coisa estaria interligada a outra. Então esse grupo, em função de uma problemática das raizeiras com a Natura, resolveu que eles não queriam receber o recurso do Fundo Brasil de Direitos Humanos, porque nós éramos apoiados pela Natura e devolveram o recurso. A gente recebeu de volta e demos para outro grupo. Vamos fazer o quê? Acho que

tem que ser claro, como está, e enfim, informamos a diretoria, informamos ao conselho e assim foi. E como nós tínhamos uma lista de espera, nós pegamos o primeiro projeto da lista de espera.

L.L. – Que já estava lá disponível.

[Interrupção para troca de fita]

L.L. – Você estava contando este caso, interessante no sentido inédito, mas...

A.A. – É, e que são aquelas coisas, de problemas que a gente se depara e que você não imagina. Enfim, a captação de recursos junto a empresas vai nos levar, eventualmente, a outros casos como esse.

L.L. – Me diga uma coisa, também falando um pouco de fora, mas, assim, quer dizer, a situação da legislação no Brasil a respeito dessa questão de captação de recursos é complicada, não é? Porque, por exemplo, se as pessoas pudessem, vamos dizer assim, ter isenção de imposto de renda por fazer doações a fundos, muita gente faria sem [inaudível]. Eu prefiro dar meu dinheiro, não é, para o Fundo de Direitos Humanos ou outro, do que... Mas essa, essa coisa não é...

A.A. – Não, sem sombra de dúvida, nós estamos ainda, eu diria, engatinhando em termos de legislação. Acho que a sociedade civil hoje, nós estamos num processo de, num momento de necessidade de discutir uma série de coisas, em especial o marco regulatório que envolve a questão da sociedade civil como um todo. Quer dizer, não é só a captação de recursos e o incentivo fiscal para, isso com certeza, mas outras coisas mais. Quer dizer, com todos os problemas que a gente vê hoje em relação ao conceito de sociedade civil, uma série de equívocos que levam as pessoas a terem dúvidas. O que é são as ONGs, né? Quem que são as ONGs? Quais são as ONGs sérias? Na verdade, ONG, organização não governamental é qualquer coisa que não é uma instituição do governo, em tese. Então o que são as ONGs das quais estou falando e quais são as outras ONGs? Como é que diferencio o joio do trigo? Como é que faço as pessoas com quem eu tenho que trabalhar para captar recursos, acreditarem que

as organizações que estou trabalhando são organizações sérias, legítimas e tal? Bom, tudo bem, eu mostro, tendo um site, transparência e tal. Mas falando em tese sobre o campo, acho que a gente está no meio de um emaranhado muito grande em função dos escândalos que virou mexeu a gente tem por aí. Todos os escândalos no geral; parece que tudo acaba numa ONG, como se só as ONGs... Enfim, as ONGs têm problemas, né, tem sido utilizada a forma do não-governamental para gerar corrupção, para, enfim, caixa dois e coisa e tal. Mas, para começar não é a única forma de você corromper, não é só por aí que vem a corrupção no Brasil, mas por aí também vem e há uma necessidade muito grande de se gerar um marco regulatório que possa separar uma coisa da outra. Até dentro desse universo de organizações sérias, acho que tem coisas que são muito diferentes. No fundo você está falando, por exemplo, de santas casas, hospitais, creches, que são não-governamentais e em geral filantrópicas, que captam recursos, então, versus essas organizações de articulação política, de mobilização de gente para defesa de direitos. São duas coisas distintas e que hoje, do ponto de vista jurídico, estão no mesmo bolo. Então, nós estamos passando por um período onde há uma necessidade de fato de dividir as coisas, para que uma coisa seja uma coisa, a outra seja outra, e que possa surgir daí uma clareza muito grande do que é esse universo sobre o qual o Fundo Brasil de Direitos Humanos trabalha. Além disso, eu acho que do ponto de vista da captação de recursos isso é fundamental para que a gente defina, enfim, uma ONG de promoção de direitos humanos é isso, diferente de uma associação filantrópica que trabalha ou de uma outra que trabalha com assistência. Enfim, uma coisa é assistência, outra coisa é defesa de direitos, outra coisa é educação. Enfim, não sei se é essa a divisão, mas estou mais ou menos colocando dessa forma. E, além disso, a possibilidade da gente ter mecanismos de incentivo fiscal para quem quiser apoiar qualquer um desses setores. Todos esses setores podem se beneficiar disso. Em outros países existem sistemas montados de incentivo fiscal para apoio às organizações desse tipo. Nos Estados Unidos isso funciona super bem e no Brasil nós não temos. Nós temos hoje a Lei Rouanet, temos a Lei do Esporte, mas nenhuma das duas se presta a esse tipo de organização, porque nós não estamos trabalhando... Algumas até trabalham na área cultural, mas é uma atuação, digamos assim, marginal dessas organizações, não é o centro do seu trabalho. Ainda assim são organizações hoje fundamentais para democracia. Se são organizações fundamentais para democracia, elas podem eventualmente se beneficiar de mecanismos de incentivo fiscal para que a sociedade que achar que deve investir nisso aqui, possa ter algum incentivo maior para fazer isso. Acho que enquanto a gente não tiver essa legislação, esse marco regulatório

definido, a tarefa de captação de recursos é uma tarefa, eu diria, hercúlea. Porque as pessoas, algumas, doam e isso é que é impressionante, indivíduos em especial, mas doam porque, enfim, vira uma tarefa, ou porque você tem bastante recurso e tem a capacidade de enxergar nesse segmento, que é um segmento relevante, ou porque você é um apaixonado por uma causa e tal, e aí você consegue mobilizar pessoas e muita gente para causas. Mas, em geral, são tarefas que você gasta muito recurso para angariar algum recurso. Exemplo, assim, clássico, o Greenpeace, que hoje é uma instituição que consegue captar bastante recurso no país, porque ele tem uma marca forte e ele consegue, enfim, trazer uma série de apaixonados pela causa que ele propõe a se envolver e a doar para que aquela organização continue trabalhando. Nós temos o desafio de fazer isso com os direitos humanos, com temas que muitos não são tão apaixonantes assim, outros são mais polêmicos, outros são muito invisibilizados. Em geral, o Fundo Brasil está trabalhando com populações e temas, se não invisíveis, invisibilizados. Então, captar recurso para esse tipo de trabalho sem um incentivo fiscal é, digamos assim, é uma tarefa que ainda vai... Para que a gente possa pretender chegar no nível do Greenpeace ainda vai levar um tempo. Não estou dizendo que a gente não consegue, mas leva tempo. Então, ter mecanismos e trabalhar para que esses mecanismos existam é fundamental. Tem todo um setor da sociedade civil que está discutindo hoje no governo Dilma. Já começou com o presidente Lula e agora no governo Dilma tem toda uma discussão sobre o tal marco regulatório da sociedade civil, das ONGs, e que passa por discussão dentro de grupos de trabalho nessas questões, seja de mecanismos financeiros para apoio até de como você conceptualiza, enfim, diferencia, define quem é quem e como deve atuar, qual é a relação dessas organizações com o governo, quem que pode ter que tipo de relação, porque essa é uma outra coisa. Captar recurso junto ao governo, como é que faz, como é que não faz, porque a captação de recurso junto ao governo vai para aquela zona cinzenta que leva a todos esses questionamentos que se tem aí. Se o recurso governamental pode vir para ONG, se é ONG, se é não-governamental, se pode ter recurso do governo? Enfim, é todo aquele equívoco de que o recurso de governo não é um recurso público e a sociedade civil... Se é público a sociedade civil pode acessá-lo sem se tornar governamental, não é?

L.L. – Mas aí, o que você está falando, quer dizer, é fantástico de alguma forma o lado de inovação desse fundo, não é, acho que é. E aí, você olhando, perguntaria o seguinte: a Fundação Ford foi a mãe e a madrinha deste fundo, é isso? Estou lendo corretamente?

A.A. – Com certeza, ela foi a mãe e a madrinha e ela continua sendo fundamental no apoio ao Fundo ainda hoje, porque o Fundo não é auto-suficiente ainda. Quer dizer, aquilo que falei, nós recebemos um apoio inicial da Ford para constituir um *endowment*, que é o patrimônio de uma fundação, sem a qual ela não pode existir. Mas como é que a gente opera ano a ano? A gente monta um orçamento e precisa ter recursos para financiar esse orçamento. Nós não temos uma mantenedora, não vem de lugar nenhum, e esses recursos para o orçamento eles vêm de captação de recursos. Captação de recurso essa que junta desde o que a gente está fazendo com doadores individuais e empresas, que ainda é muito pequena, e que no geral é carregado para os projetos, mais até o que a gente continua fazendo junto a instituições internacionais e que por enquanto a gente tem conseguido manter um apoio. Então, a Ford continua sendo uma organização para quem a gente apresenta projetos e que ela tem apoiado a projetos de manutenção junto com outras. Então hoje não é mais responsável pela integralidade da atividade do fundo, mas ela mantém o apoio desde que nós começamos e, portanto, ela é também responsável pela manutenção das nossas atividades. Hoje nós temos apoio da Ford, temos apoio da Fundação Kellogg e temos o apoio de uma agência alemã chamada EED⁷, que são as três grandes agências e fundações que nesse momento estão respondendo pelo apoio a operação e parte dos projetos também, porque a gente não consegue cobrir todos os projetos com doadores individuais e recursos de empresas. O *endowment*, ele é um recurso que a gente tem e que está rendendo, e a gente usa os rendimentos para financiar projetos, para financiar a nossa atividade, mas ele não é grande o suficiente para isso ainda. O ideal era que a gente pudesse fazer crescer esse *endowment* para que um dia o *endowment* garantisse, digamos assim, independência do fundo. Ainda não chegamos lá, está longe disso. E, como nós, acho que nós temos hoje um... Nós estamos nos juntando com mais outras seis organizações no país que a gente vem chamando de fundos independentes, a gente vem sendo chamados de fundos independentes. Independentes justamente por isso; são organizações que não têm nenhuma mantenedora, não têm nenhuma fonte permanente de recursos, então ela é independente de uma fonte permanente de recurso e, portanto, capta recursos e financia projetos que não sejam os seus próprios. Quer dizer, hoje o que acho que diferencia o Fundo e essas outras organizações é o fato de a gente não ter essa fonte permanente de recursos e de não colocar recursos em

⁷ Evangelischer Entwicklungsdienst

nostros próprios projetos. A gente identifica projetos da sociedade civil e coloca recursos lá. Então, acho que uma tendência hoje de... A gente espera que tenham outras organizações, que o Fundo possa ser exemplo para outras organizações, para que a gente possa multiplicar entidades como essa e dessa maneira fortalecer a sociedade civil no Brasil. É lógico que, paralelo a isso, a gente vai ter que crescer o nosso potencial de captação de recurso com todos esses mecanismos que a gente falou aqui. É a única maneira de isso realmente dar certo. Então, nesse sentido, acho que o Fundo foi uma aposta, digamos assim, da Fundação Ford muito forte, muito interessante e muito estratégica. Eles tiveram uma capacidade bastante grande, a Denise, em especial, e o grupo que estava com ela, a Ana Toni, que bancou isso muito naquele momento. E a Ford Internacional aqui, que carrou esse curso de enxergar que essa estrutura era uma estrutura chave num momento novo de um país que está crescendo, que tem condições de colocar recursos, ele próprio, em causas da sociedade civil. Aí, portanto, tiveram a coragem, digamos assim, de desenhar uma estrutura como essa e de viabilizar essa estrutura, uma estrutura que está sendo, não desenhada, mas construída devagar, mas com bastante seriedade, com bastante legitimidade. Acho que essa ação da Fundação Ford foi, assim, bastante ousada, mas ela também é, eu ousar dizer, quase que um complemento de outras coisas que a Ford fez no passado. A Ford fazia durante muito tempo no país, a Ford investiu em estruturação da sociedade civil diretamente, em especial na área de direitos humanos, mas diretamente. Então, estruturar o movimento de direitos humanos era investir em organizações que trabalhavam com os direitos humanos. Estruturar o movimento de direitos humanos no Brasil, hoje, pode ser investir numa organização que possa garantir sustentabilidade para esse movimento, e acho que o Fundo e algumas organizações similares a nós podem ser, enfim, esse ator num país cujo cenário mudou e a tendência é mudar ainda mais.

L.L. – Você tem alguma coisa mais aqui que gostaria de lembrar? Mas acho que não. Se você lembrar de alguma coisa. Você trouxe uma... Isso é importante, uma...

A.A. – É, trouxe aqui para deixar com vocês... No finalzinho do ano a gente fez essa revista. Foram os primeiros cinco anos do Fundo e a gente tentou colocar nessa revista um pouquinho da nossa história, quer dizer, a nossa história está no site, tudo que nós temos está lá, inclusive a revista, mas acho que essa revista ela é representativa do fundo. A gente tentou enxugar aqui, nós temos uma linha do tempo, bem interessante e curtinha, e nós temos uma fala dos nossos

quatro diretores: o Sergio Haddad, que conta um pouco da estratégia geral do fundo, um pouco isso que contei para você desde a história; o Oscar Vilhena, que era o diretor financeiro que fala da relevância de se ter um *endowment*, que foi o diferencial do fundo; a Sueli Carneiro, que vem falando da estratégia de apoiar o protagonismo da sociedade civil brasileira; e o Frigo, que era o nosso diretor de formação, que fala da importância, da relevância de investir em formação também, através daquele evento anual que a gente fala. Então, com isso aqui a gente tem, digamos assim, todos os pés, é o tripé no qual a organização está assentada, está colocado aqui, nas palavras dos diretores, a gente tem vários apoiadores, membros do conselho que falam aqui. A gente tem imagens de muita coisa que a gente fez, a gente tem uma homenagem para os nossos instituidores, cada um deles aqui. E, na metade para frente da revista um mapa com todos os projetos, isso aqui acho que não disse, em cinco anos a gente apoiou 141 projetos com 3 milhões, 380 mil reais, mais ou menos, só de apoio direto com pequenos projetos. Então, para a gente isso é um número relevante, sem contar aí o que se investiu em formação e coisa e tal. Aqui tem a lista de todos os projetos. E daqui para frente, as estratégias de como é que a gente seleciona e tal. E daqui para frente tem quatro áreas, a gente dividiu esse nosso foco – combate à violência institucional e discriminação – em quatro áreas maiores, uma delas é gênero, raça, terra e cidadania, e dentro desses quatro grandes temas a gente sai contando mais ou menos qual é o nosso olhar e os projetos, exemplificando com os projetos. Então, essa revista dos cinco anos é uma tentativa da gente resumidamente, sem conseguir botar todos os projetos, que não dá e tal, mas da gente fazer uma leitura geral do que é que a gente pensou, como é que começou e aonde a gente chegou até agora.

L.L. – E, eu só ia falar isso, que tinha visto o site e gostei muito, porque, vamos dizer assim, a gente olhando de fora você chega ali, você tem que conseguir saber o caminho para onde vai. Tem uns sites que são, ou esotéricos, ou o que seja, que você fica ali e não consegue saber. Então está muito bom e pelo visto a revista também manteve o mesmo padrão. E, Ana Valéria, só assim, que acho que a gente não começou por isso, como é que você chegou neste fundo? Como é que cruzou a sua vida, a sua história de vida com esse Fundo aqui?

A.A. – Então, tentando fazer um resuminho, sou advogada e trabalhei durante mais de vinte anos especialmente como advogada de povos indígenas, mas além de povos indígenas com populações tradicionais, trabalhei com quilombolas, com ribeirinhos, com seringueiros,

quebradeiras de coco, enfim, uma gama grande de populações tradicionais e com questões ambientais. Eu me especializei naquilo que a gente chama direito socioambiental, mas sempre trabalhando no terceiro setor, desde que comecei a trabalhar como advogada. Fui trabalhar numa ONG, primeiro em Brasília, que era um núcleo de direitos indígenas, em 1988, logo depois do capítulo da Constituição, que promulgou pela primeira vez um capítulo do índio e nós criamos uma... As pessoas que se juntaram naquele tempo para ir lá pressionar para que os capítulos saíssem como um todo, se reuniram depois, eram indigenistas, eram antropólogos, eram sociólogos, eram lideranças indígenas, advogados, e se reuniram e criaram uma organização que tinha sede em Brasília. Chamava Núcleo de Direitos Indígenas e tinha por objetivo tirar do papel o capítulo do índio da Constituição, ou seja, fazer valer para que ele não virasse letra morta. E fui trabalhar nessa instituição desde o início dela, eu e mais três advogados, éramos três advogados e um filósofo, que era o nosso secretário executivo, e a gente trabalhava em três frentes; judiciário, entrando com ação em nome do povo indígena, indo na Funai⁸ para, enfim, conseguir os direitos dos índios, fazer a coisa acontecer. E o NDI⁹, durante seis anos, foi uma ONG bastante bem sucedida, pequenininha, mas a gente fazia uma série de coisas, criava precedentes, precedentes jurídicos e tal. Mas depois de seis anos a gente sentiu a necessidade de expandir o NDI para criar uma instituição um pouco mais multidisciplinar, na medida em que a gente trabalhava com povos indígenas, ganhava as causas e tinha a impressão que ganhava, mas não levava. Porque uma coisa é você demarcar terra, outra coisa é você garantir condições de vida digna para aquele povo e tal, e para isso a gente precisava de outros profissionais fazendo outras coisas, e a gente teve a ideia de se juntar com outra organização de São Paulo e fundar o ISA. Então o NDI se transformou no que é hoje o ISA – Instituto Socioambiental. Eu sou sócia fundadora e durante anos trabalhei no ISA, também com essas causas como advogada, coordenei projetos daqui e dali. Até que um belo dia, enquanto advogada do ISA¹⁰, especializada nessas causas, fui convidada para dirigir uma fundação nos Estados Unidos, que foi a Rainforest Foundation, que trabalhava com apoio a projetos de defesa de direitos de índios na Amazônia como um todo, não só no Brasil. Mas eles queriam alguém que fosse da América Latina e me convidaram. Eu fui, achei que era uma

⁸ Fundação Nacional do Índio

⁹ Núcleo de Direitos Indígenas

¹⁰ Instituto Sócio Ambiental

experiência diferente conhecer o lado de cá e tal. Fui para lá por dois anos e quando voltei havia esse movimento da Fundação Ford de começar a pensar... Eu conhecia as pessoas que estavam envolvidas com a ideia inicial do Fundo Brasil, conhecia a Denise Dora desde sempre, que apoiou o trabalho do ISA, do NDI lá atrás, desde sempre na área que trabalhava. Então, na verdade, fui convidada por esse grupo a compor o conselho curador do Fundo Brasil, por conta da minha experiência nessa área sócio-ambiental, e daí depois um convite para virar coordenadora executiva e aqui estou.

L.L. – [Risos] Chegou a esse...

A.A. – Super, ou seja, foi um caminho...

L.L. – Não, interessante, interessante...

A.A. – Mas muito... Super prazeroso, muito estimulante, um desafio por dia, digamos assim, até hoje.

L.L. – Muito bem, se quiser dizer mais alguma coisa sinta-se a vontade, porque acho que todos os tópicos que tinha colocado aqui achei... Vai nos ajudar.

A.A. – Acho que disse quase tudo, espero ter dito tudo, assim, do que acho que é relevante dizer. Acho muito interessante essa coisa da memória sobre o trabalho da Fundação Ford, porque acho que ela foi fundamental para os direitos humanos e continua sendo. Ao apoiar instituições ou iniciativas como essa do fundo, acho que a Ford se mantém visionária, na medida em que ela apoia o trabalho de uma instituição que vai fazer, talvez, quem sabe, o que ela faz dentro do Brasil, mais para frente. É claro que nós não vamos ser uma Fundação Ford do tamanho que ela é, mas a ideia do Fundo é no futuro poder ser responsável, pelo menos em parte, pela sustentabilidade do movimento de direitos humanos no país. E acho que o trabalho da Ford de investir em organizações assim, e não é só no Fundo Brasil, eles estão investindo também no Fundo Elas, que é um fundo só de mulheres, que na linha desse nosso também é um fundo independente e tal. Mas, enfim, é uma organização que tem tido essa visão de, além de apoiar a grandes organizações e tal, criar fundos num país, veja bem, num país cujo

momento político agora permite que existam instituições assim. Acho que se a Ford tivesse inventado ou financiado a implantação do Fundo Brasil de Direitos Humanos dez anos antes, talvez não tivesse sido tão bem sucedida. Então tem... As pessoas que estão lá tem a leitura bastante correta e adequada dos momentos do país. Esse é um momento em que nós estamos com todas as dificuldades ainda de captação de recurso e tal, é um momento promissor, em termos de campo mesmo, para você implantar uma instituição que seja nacional, que envolva os militantes daqui, que envolva a sociedade como um todo. Enfim, nós estamos numa hora em que isto é possível e que pode dar bastante certo. Então, o fato dela ter implantado, ter ajudado a implantar, se manter apoiando e tal, isso acho que é bastante visionário, acho que é muito legal deixar isso nesse registro aí.

L.L. – Está bom, obrigada.

A.A. – Eu que agradeço. Muito obrigada.

[FIM DO DEPOIMENTO]